

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000540-89.2015.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Deuzeleia Almeida Alves**  
 Requerido: **Agiplan Financeira S/A, Crédito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito com pedido de indenização por danos morais movida por DEUZELIA ALMEIDA ALVES em face de AGIPLAN FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. A requerente aduz, em síntese, ter se surpreendido com redução de seu benefício previdenciário em razão de empréstimo consignado ao qual não aderiu. Requereu, como tutela de urgência, a suspensão dos descontos. Juntou documentos às fls. 11/21.

Tutela de urgência concedida a fl. 22.

Citada, a requerida apresentou contestação contrapondo-se às alegações da autora (fls. 31/48).

Houve réplica (fls. 78/81).

Instadas, as partes deixaram de especificar provas (fls. 85).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

De início, proceda a serventia à correção do nome da autora no sistema informatizado para que reflita o documento de identificação anexado a fl. 13.

O julgamento imediato está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, e também pelo manifesto desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Compete ao fornecedor de serviços, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para evitar a ocorrência de danos ao consumidor, o que não se verifica nos autos.

Há compatibilidade das assinaturas lançadas pela autora com as que constam dos documentos anexados pela ré às fls. 49/56.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Porém, o instrumento de contrato apresentado pela ré não guarda relação com o negócio jurídico refutado.

Com efeito, a inclusão dos descontos no benefício previdenciário da parte autora ocorreu em outubro de 2015 (fl. 17) e a prova produzida refere-se a contrato celebrado em setembro de 2014, o qual dispõe de características diversas.

Competiria à ré a comprovação da adequação dos instrumentos de contrato anexados aos autos e impugnados pela autora, mas manifestou desinteresse na produção de outras provas, não se desincumbindo, pois, do ônus que lhes impõe o artigo 373, II, do Código de Processo Civil.

No que toca ao pedido de danos morais, entendo que os acontecimentos narrados nos autos não constituem dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece.

O aborrecimento por que passou a autora não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: “*só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral*” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos fatos desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido declaratório delineando a inexistência do negócio jurídico impugnado e, conseqüentemente, condenando a requerida a restituir, de forma simples, os valores descontados indevidamente de seu benefício previdenciário, atualizados desde a data do desembolso e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Convolo em definitiva a decisão antecipatória. Arcará a requerida com honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação atualizado. De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido indenizatório. Arcará a autora com honorários advocatícios de 10% do benefício econômico pretendido, observando-se a concessão da AJG. Cada parte arcará com as custas processuais a que tenha dado causa.

Interposta apelação, intime(m)-se o(s) recorrido(s) para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 19 de outubro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA